

## **CONTRATO PARTICULAR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA TRIBUTÁRIA, VOLTADA A APURAÇÃO E AUXÍLIO NA RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DE INSS PATRONAL, DECORRENTES DAS VERBAS INDENIZATÓRIAS DA FOLHA DE PAGAMENTO.**

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços de consultoria tributária, de um lado, **IRMAOS PEGORARO E CIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 75.587.410/0001-80, sediada à Rod Br-277 Km-518, SN - Posto Saci - Trevo - Guaraniacu/PR85.400-000, devidamente representada neste ato conforme contrato social, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado, **RIBEIRO, LIMA, SILVA E PIMENTA E APP TECNOLOGIA LTDA**, escritório de advocacia e empresa de tecnologia em sistemas de programação, com CNPJ nº 28.254.889-0001-52, com sede na Rua Dr. João Evangelista Espíndola, 420, Bairro Jardim Social, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná - CEP 82.520-070, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, tem, entre si, como justo e contratado, o que se segue:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

1. Tendo em vista as orientações estabelecidas pela Instrução Normativa nº 971/2009, 1.300/2012, 1717/2017, ambas da Receita Federal do Brasil (RFB) e a jurisprudência do poder judiciário e do Conselho administrativo de recursos fiscais (CARF), o **CONTRATANTE** contrata o **CONTRATADO**, a fim de que este segundo, auxilie-lhe na recuperação administrativa e judicial de créditos de INSS Patronal decorrentes de pagamentos indevidos realizados à título de tributos incidentes sobre verbas indenizatórias da folha de pagamento.

### **CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO**

2.1 Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria tributária e administrativa na execução dos serviços, consistentes em: 1 – Análise, levantamento de dados e documentos para apuração e recuperação de pagamentos efetuados indevidamente junto a “RFB – Receita Federal do Brasil, referente ao INSS” a título de “Contribuição Previdenciária Patronal”, incidente sobre as seguintes exações: a) férias, terço constitucional de férias, aviso prévio indenizado, salário educação, auxílio-creche, auxílio-doença e auxílio acidente (15 dias afastamento), abono assiduidade, gratificações, abono único anual, vale transporte, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade, adicional noturno, 13º salário, cargos comissionados, cargos eletivos – Lei nº 10.887/2004 e demais “verbas indenizatórias/compensatórias”, constantes do art. 22, inc. I e II, com a consequente readequação ao art. 28 da Lei nº 8.212/1991 no período “quinquenal” e “subsequente” até a vigência do presente contrato. b) “RAT – Rateio de Acidente de Trabalho” (RAT + FAT) com a “redução das alíquotas de grau de risco medido de 2% para grau de risco leve – 1 % (acrescido da FAP), consoante anexo V do Decreto nº 3048/1999”, com vigência a partir de “Janeiro de 2008”; 2 – Interposição de medidas administrativas, que se fizerem necessárias ao bom cumprimento do objeto acima, junto aos órgãos e jurisdições competentes, com o acompanhamento até a decisão final, de trânsito em julgado.

2.2 O **CONTRATANTE** deve providenciar todas as informações e facilitar o acesso aos documentos necessários para elaboração e, consequente ingresso das medidas redutivas, garantido ao **CONTRATADO**, completa autonomia de trabalho, com livre acesso a livros, documentos e anotações que se relacionam direta ou indiretamente ao objeto do contrato, colocando, ainda, suas estruturas de recursos humanos, jurídica e contábil à disposição do **CONTRATADO**.

2.3 O **CONTRATANTE**, em eventual notificação do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, a **CONTRATADA** se compromete a apresentar as explicações necessárias, com respectiva defesa e recurso administrativo.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO.**

**3.1** Em contraprestação aos serviços prestados o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO:

**I. Recuperação de crédito - VIA ADMINISTRATIVA**

Serão pagos ao CONTRATADO o valor equivalente a 10% (dez por cento) líquidos incidentes sobre o total do valor do benefício recuperado decorrente dos últimos cinco anos, que será auferido pelo CONTRATANTE, por meio da compensação de créditos tributários com débitos vincendos e vencidos previdenciários efetuados administrativamente:

a) - O respectivo valor deverá ser pago mensalmente e imediatamente após a comprovação dos valores compensados ou utilizados e declarados pelo CONTRATANTE, por meio de documentos comprobatórios, tais quais: Guias de Recolhimento; Extratos da FPM; Declarações para compensações e GFIP, DARF, ou, ainda, através de decisão judicial concessiva do direito a compensação administrativa de acordo com a legislação vigente.

b) O pagamento sempre será feito levando-se em consideração os valores devidamente usufruídos pelo CONTRATANTE.

**3.2** Os pagamentos serão efetuados na mesma data do pagamento da GPS, sendo enviado a Nota Fiscal e boleto de pagamento todo dia 15 de cada mês, com vencimento para o dia 20, CONTRATANTE, estando inclusas todas as despesas decorrentes de impostos, taxas, fretes, seguros, locomoção, relacionadas com a prestação dos serviços contratados.

**3.3** No caso de atraso no pagamento dos Honorários, incidirá multa de 2% e juros de 1% a.m. (um por cento ao mês).

**3.4** Persistindo o atraso no pagamento dos honorários no mês seguinte, o CONTRATADO poderá suspender a execução dos serviços independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, até a regularização por parte do CONTRATANTE, eximindo-o inclusive de qualquer responsabilidade pelos danos causados no período da respectiva paralização; ou considerar rescindido o presente contrato, devendo conduto, cumprir com as formalidades previstas no *item 9.3* do presente instrumento.

### **CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO DE ENTREGA DOS SERVIÇOS.**

**4.1** Para o fiel cumprimento das obrigações descritas na cláusula segunda deste instrumento, o CONTRATANTE estabelecem ao CONTRATADO, como prazo de entrega dos serviços, o esgotamento do crédito ou decisão final administrativa.

### **CLÁUSULA QUINTA – DEMAIS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

**5.1** O CONTRATADO além das responsabilidades legais e contratuais já previstas neste instrumento, se compromete a prestar seus serviços profissionais ao CONTRATANTE nas áreas administrativas, judiciais e contábeis, assim como, se dispõe a sanar quaisquer dúvidas e questionamentos levantados em relação ao objeto deste instrumento, durante o prazo prescricional de 5 (cinco) anos.

### **CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE**

**6.1** A responsabilidade pela autenticação e veracidade das informações presentes nos documentos *supracitados* é do CONTRATANTE, uma vez que a partir delas que o CONTRATADO, desempenhará seus serviços.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - Os profissionais do **CONTRATADO**, designados para execução dos trabalhos ficarão comprometidos a manter absoluto sigilo e completa confidencialidade sobre todos os elementos e documentos que tomarem conhecimento no decorrer dos trabalhos que vierem a ser prestados.

**CLÁUSULA OITAVA** - O presente contrato somente pode ser alterado por mútuo consentimento das **partes** e por escrito.

#### **CLÁUSULA NONA- HIPÓTESES DE RESCISÃO CONTRATUAL**

**9.1** Considera-se hipótese de rescisão: o caso em que qualquer das **partes** incorra em dolo, simulação ou fraude deste contrato na sua execução;

**9.2** Fica assegurado ao **CONTRATADO** o direito à rescisão do contrato no caso de inadimplência, no pagamento dos honorários, nas datas pactuadas, devendo a notificação de rescisão ser feita via CORREIO – “AR – MI”, bem como, não serão restituídos os valores por ventura adimplidos, os quais serviram para amortização do serviço prestado, além das demais sanções.

**9.3** Na ocorrência da rescisão contratual, prevista no item anterior, deverá o **CONTRATADO** responder pelo acompanhamento das ações mencionadas, pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação pelo **CONTRATANTE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

**10.1** Em caso de rescisão unilateral do contrato ou por infringência de cláusulas contratuais e legais, fica estipulada multa contratual no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do crédito administrativo apurado, em favor da parte prejudicada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO FORO**

**11.1** As **partes** elegem o foro da Cidade de Curitiba/PR, para o fim de dirimir qualquer ação oriunda do presente contrato, mesmo existindo outro mais benéfico.

E por acharem justas e contratadas, as partes firmaram em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, declarando cumprir fielmente todas as disposições contidas no presente instrumento, bem como, as outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto e mais especificamente, as contidas no Código Civil e suas alterações posteriores, a tudo presente.

Curitiba-PR, 25 de abril de 2018.

#### **CONTRATANTE**

---

**IRMAOS PEGORARO E CIA LTDA**  
CNPJ sob o nº 75.587.410/0001-80

#### **CONTRATADO**

---

**RLSP ADVOGADOS E APP TECNOLOGIA LTDA**  
CNPJ nº 28.254.889-0001-52